

BOLETIM INFORMATIVO

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



01 de abril a
30 de junho de 2024

- 
- O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL:

A importância de uma Defensoria Pública nas Ruas

A Resolução 425/2021 do Conselho Nacional de Justiça, a qual institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades reforça a centralidade do atendimento itinerante par promoção do acesso à justiça das pessoas em situação de rua. A citada normativa prevê que os tribunais deverão estimular o atendimento itinerante nos locais de circulação e permanência, além de nos serviços de acolhimento destinados às pessoas em situação de rua, quando verificado que os instrumentos de acesso à justiça nas dependências do Judiciário não são suficientes para assegurar o efetivo acesso à justiça, buscando cooperações interinstitucionais, especialmente com órgãos públicos como as Defensorias Públicas, os serviços da política de Assistência Social e da sociedade civil que atuam com esta temática (artigo 6o).

No mesmo sentido, a Resolução 40/2024 do Conselho Nacional de Justiça prevê que “a população em situação de rua tem direito a amplo acesso aos órgãos do sistema de Justiça e defesa dos direitos, a partir de um atendimento prioritário, desburocratizado e humanizado, sem necessidade de agendamento (artigo 71).

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos tem estimulado a realização de atendimentos itinerantes voltados para pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, reconhecendo as insuficiências da permanência nos gabinetes para garantir o acesso à justiça desburocratizado e efetivo.

Nos dias 13 a 17 de maio de 2024, juntamente com o Mutirão Registre-se da Corregedoria Nacional do CNJ, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo participou do POP RUA JUD SAMPA IV. Durante os cinco dias de evento foram realizados 592 atendimentos, divididos em 255 da área civil e 337 da área criminal, totalizando 592 atendimentos. Ademais, foram protocolados cerca de 60 pedidos de extinção/indulto da multa penal perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Até o momento, a multa penal já foi indultada ou extinta em 48 casos, sendo que ainda há casos pendentes de decisão, de modo que esse número será atualizado em breve. Por sua vez, em 06 casos houve expedição de ofício para regularização eleitoral ou o desbloqueio de valores, uma vez que a multa estava extinta, mas os direitos políticos permaneciam suspensos e valores pecuniários bloqueados.



EDITORIAL:

A importância de uma Defensoria Pública nas Ruas

Nos seis primeiros meses do ano, o NCDH organizou sete atendimentos itinerantes em equipamentos da assistência social ou na via pública, conforme planilha abaixo:

23/02/2024	Atendimento Itinerante Pop Rua Núcleo Boracea	43
24/02/2024	Atendimento itinerante Pop Rua São Bernardo	12
20/03/2024	Atendimento Itinerante em São Vicente	26
22/03/2024	Atendimento Itinerante Pop Rua CAE Maria Maria	22
19/04/2024	Atendimento Itinerante Núcleo São Martinho	76
13 a 17/05/2024	POP RUA JUD SAMPA	592
23/06/2024	Atendimento itinerante Pop Rua em Praia Grande	31
21/06/2024	Atendimento Pop Rua Casa Franciscana	16

Importante que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo construa fluxos que facilitem o acesso à população em situação de rua ao atendimento especializado, ampliando a escuta desse grupo a sistematização de violações de direito que os afetam, fortalecendo, portanto, a atuação da instituição na implementação de políticas públicas que permitam a superação da situação de extrema pobreza desse grupo.

SAÚDE PÚBLICA

Reunião com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana sobre projeto de atendimento psicológico aos GCMs (02/04)

Em 02 de abril de 2024, o NCDH realizou reunião com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, a fim de discutir, e debater, acerca do projeto de atendimento psicológico aos integrantes da Guarda Civil Metropolitana com atuação com a população em situação de rua na região central e cenas de uso.



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Atividade realizada em 06/04 com moradores Comunidade do Moinho para discutir violência policial no território, em parceria com escritório modelo da PUC-SP (06/04)



No dia 06/04/2024, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, representado pela defensora Surraily Fernandes Youssef, em parceria com o Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), realizaram a oficina “Mobilização na Comunidade”



O projeto teve como objetivo discutir com os moradores da Comunidade do Moinho, localizada na região dos Campos Elíseos, a maneira com a violência policial e a atuação das forças de segurança pública na comunidade afeta os direitos de mulheres crianças e famílias. A roda de conversa dialoga com as funções institucionais incumbidas a Defensoria



Pública, de educação em direitos, bem como a promoção e defesa dos direitos humanos.



Caso Airton Honorato vs. Brasil da Corte Interamericana: atuação extrajudicial para o pagamento das indenizações aos familiares

Em 07/06/Cecília Ferreira, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), acompanhou a lavratura da escritura pública do inventário extrajudicial de Dilma Silva do Carmo, mãe e herdeira de Silvio Bernardino do Carmo, uma das vítimas do caso Castelinho, ocorrido em 2002. O ato possibilita o pagamento da indenização aos familiares, determinada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na sentença proferida em novembro de 2023.

Dilma aguardou mais de 20 anos para ver o desfecho do caso e a responsabilização do Estado pela morte de seu filho. Além do NCDH, contribuíram para a solução extrajudicial do caso o tabelião do 27º Tabelionato de Notas da Capital, Alexandre Kassama, e a tabeliã Bianca Luzente.



Roda de Conversa com moradores da Baixada Santista para acolhimento e discussão sobre a violência policial

Em maio de 2024, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, representado pelas defensoras Surraily Fernandes Youssef, Cecília Nascimento Ferreira e Fernanda Penteado Balera e pelos agentes do CAM Wilherson Carlos Luiz

e Iara Iara Mouradian Pedo se reuniram familiares das vítimas de violência na região da Baixada Santista.

A roda de conversa teve como propósito abordar como a violência policial e a atuação das forças de segurança pública na comunidade impactam os direitos de mulheres, crianças e famílias. A discussão foi acompanhada pelo Movimento Mães de Maio que participou ativamente das discussões. Trata-se de atividade relacionada as atribuições de a educação em direitos, assistência gratuita das vítimas de violência de estado e promoção dos direitos humanos.

Defensoria pede desarquivamento de investigação de homem morto em ação policial na 'Cracolândia'

No dia 06 de maio de 2024, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio das defensoras Surraily Fernandes Youssef, Cecília Nascimento Ferreira e Fernanda Penteado Balera, em atuação no Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), pediu a reabertura da investigação que apurava a morte de Raimundo Nonato Rodrigues Fonseca Junior durante uma ação da Polícia Civil na região da 'Cracolândia', em maio de 2022.

O judiciário paulista arquivou o caso, a pedido do Ministério Público, por entender que inexisteriam elementos suficientes que fundamentassem a denúncia de três policiais civis que estiveram presentes na incursão e teriam dispersado a tiros um tumulto generalizado que resultou na morte de Raimundo, aos 32 anos.

Dos argumentos que ensejam o desarquivamento, a Defensoria Pública destaca que as investigações foram arquivadas de forma prematura, sem que a família da vítima tivesse sido devidamente comunicada e sem que as provas juntadas aos autos fossem cuidadosamente analisadas.

Aula sobre Atuação da Defensoria Pública em casos de Violência Policial e Tortura (09/04)

Em 09 de abril de 2024, a Defensora Pública de São Paulo, Surraily Fernandes Youssef, do NECDH, a convite da Professora Mariana Chies do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), participou de um curso organizado sobre a atuação prática da Defensoria Pública, trazendo explicações, esclarecimentos, dados, e conhecimentos práticos a respeito do grave fenômeno de violência policial e tortura, bem como os parâmetros de atuação da Defensoria Pública na temática.



SEGURANÇA PÚBLICA

Justiça Federal determina que estado de SP apresente plano de combate à tortura sob pena de multa de R\$ 100 mil por etapa (08/05)

No dia 16 de abril de 2024, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), por meio dos Núcleos de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH),

de Situação Carcerária (NESC) e da Infância e Juventude; e o Ministério Público Federal (MPF), ajuizaram uma Ação Civil Pública (ACP) para obrigar o governo paulista a apresentar, em sede de urgência, um plano de estruturação e implementação do “Sistema Estadual de Prevenção ao Combate à Tortura”, tendo em vista a situação precária do sistema penitenciário no Estado e a necessidade de garantir condições dignas às pessoas em situação de privação de liberdade.

Em 08 de maio de 2024, a Justiça Federal determinou ao Estado de São Paulo que apresente plano de combate à tortura, sob pena de multa de R\$ 100 mil por etapa. A decisão decorre de ação civil movida pelo Ministério Público Federal e pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Aponta-se na ação civil pública que há anos o Estado se recusa a aderir às medidas as quais foram estabelecidas pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, criado no ano de 2013.

Segundo a decisão judicial, o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPC), uma vez implementado, terá a responsabilidade de exercer vistorias periódicas, tanto em estabelecimentos públicos quanto privados, nos quais haja privação de liberdade, de modo que poderá requisitar a apuração de eventuais casos de violação de direitos em tais locais. Além disso, junto ao MEPC, deverá ser estabelecido um comitê consultivo. A função deste comitê estará voltada ao acompanhamento da tramitação de procedimentos administrativos e judiciais, bem como colaborar com as melhorias das ações do MEPCT. Porém, ressalta-se que, tanto o Mecanismo quanto o comitê deverão ser implementados apenas após consulta prévia aos órgãos do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e a instituições da sociedade civil.

Infelizmente, a liminar concedida em primeiro grau foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3a Região.



Reunião organizada pela corregedoria do Ministério Público na Baixada Santista para discutir casos de morte por intervenção policial (16/04)

No dia 16 de abril, o NCDH participou do encontro promovido pelo Ministério Público destinado a compartilhar com a rede de serviços das ações promovidas e fluxos de atendimento para apuração dos casos de mortes decorrente de intervenção policial, notadamente em áreas com alto índice de vulnerabilidade social.

Além da prestação de contas à comunidade, o evento discutiu sobre a possibilidade de intervenção integrada com outras Promotorias Justiça e órgãos públicos, visando a efetiva intervenção do Estado em áreas com alto índice de violência e vulnerabilidade social, especialmente intervenções urbanísticas com a melhoria das condições habitacionais e de mobilidade, além do atendimento de saúde, educação, promoção social etc. à população das áreas de risco.



PMs de SP deixaram de acionar câmeras em metade das ocorrências, mostra levantamento da Defensoria Pública

Em levantamento por amostragem de 96 casos realizado pela Defensoria Pública de São Paulo e publicado em junho 2024, concluiu que policiais militares de São Paulo deixam de acionar o modo intencional de gravação de câmeras corporais em metade das ocorrências que são analisadas pela Defensoria Pública. De um total de 96 casos apenas houve acesso às imagens de 40 deles, e, em metade destes, há apenas a gravação de rotina, cuja filmagem apresenta imagens de qualidade inferior e não possui áudios.

Em diversos casos, a Defensoria também constatou situações em que os policiais retiraram as câmeras dos uniformes e obstruíram o aparelho durante as abordagens; outros as deixavam na viatura. Em entrevista à CNN sobre o caso, a Defensora Pública de São Paulo, coordenadora do NCDH, Fernanda

Balera, relatou que o estudo em questão trouxe informações experimentais e colocou em evidência a importância de que as gravações sejam feitas de maneira ininterrupta. Segundo a fala da Defensora, “se não fosse a gravação de rotina, a gente nem saberia o que ocorre nesses casos [em que não houve acionamento intencional] (...) A gravação de rotina é essencial para identificar um padrão, se as PMs estão usando ou não as câmeras adequadamente. (...) Se a gente for depender só do acionamento voluntário, jamais veríamos esses casos em que a câmera foi deixada na viatura ou tampada de propósito”.

Desse modo, o plano é realizar outros levantamentos similares, de maneira periódica, a fim de que se possa subsidiar análises sobre a aplicação da iniciativa, garantindo um “espaço para aprimoração e responsabilização”.



NCDH informa STF sobre a política de câmeras corporais do Estado de São Paulo

Em maio de 2024, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a ONG Conectas Direitos Humanos encaminharam ofício ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Luís Roberto Barroso, alertando os potenciais riscos do plano apresentado pelo governo de São Paulo para o uso de câmeras corporais, por policiais militares.

O plano apresentado pelo governador do Estado, Tarcísio de Freitas, prevê investimentos na aquisição de equipamentos com pouca ou nenhuma autonomia para captação de áudio e vídeo, com capacidade de armazenamento reduzida e com dispositivos de reconhecimento facial, sem verificação técnica, o que podem agravar ainda mais episódios de violência e discriminação, sobretudo à população negra e periférica.

No âmbito de ação proposta pela Defensoria Pública, o STF formaliza acordo para o uso das câmeras corporais pelos Policiais durante as operações do tipo Escudo em São Paulo.



Na Suspensão de Liminar 1696, a qual discute a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais em operações do tipo escudo, governo de São Paulo se comprometeu com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, a implementar e ampliar a polícia.

Leia mais sobre:



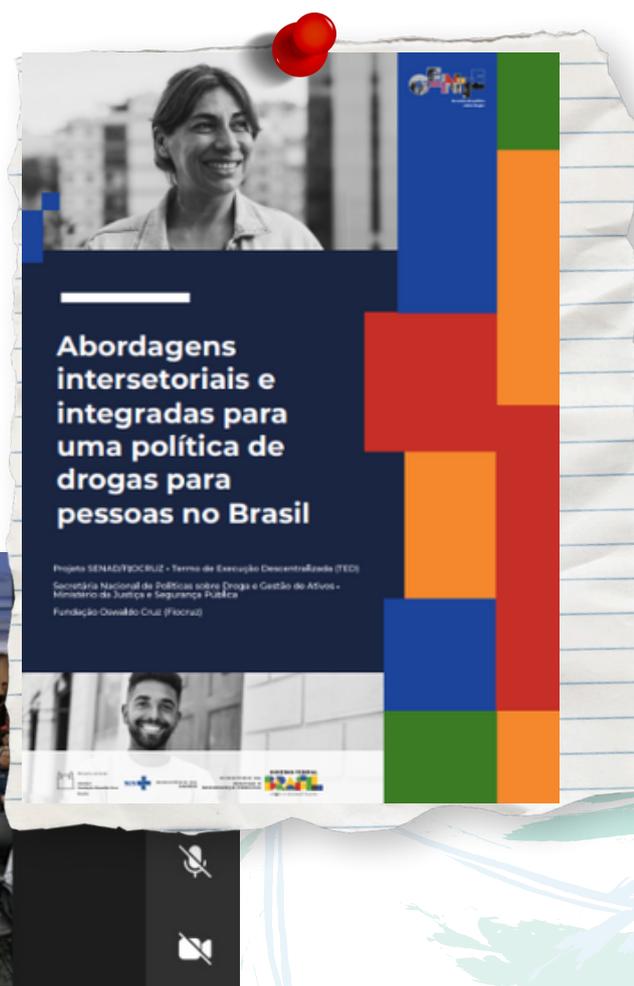
[Notícia Folha](#)

Oficina PPP 2024 do Governo Federal (29/04)

No dia 29/04, ocorreu no Palácio da Justiça, em Brasília, uma oficina para a preparação do Plano Político Pedagógico para curso de formação de guardas municipais.

A ação em questão foi promovida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com as Secretarias Nacionais de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad) e de Segurança Pública (Senasp) envolveu especialistas da segurança pública e teve o objetivo de capacitar forças de segurança para atuação humanizada.

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos foi representado pela Dra. Fernanda Balera, relatou sua experiência no curso preparatório para a guarda civil municipal de Osasco/SP. A experiência culminou na publicação do artigo “Zeladoria urbana, direitos das pessoas em situação de rua e a comunicação não violenta como ferramenta: relato de uma experiência”, que tem como resumo:



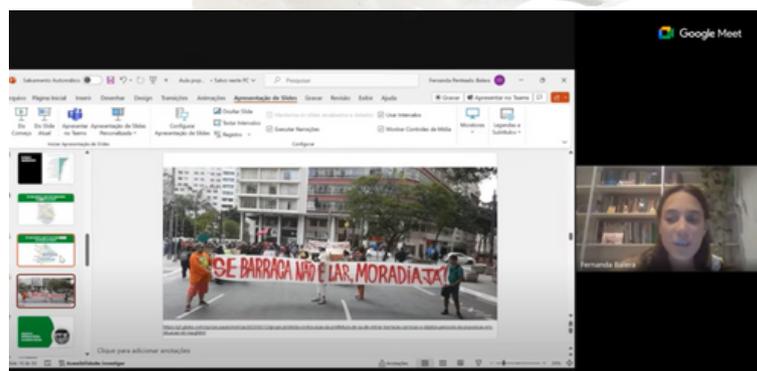
Para mais informações, acesse:



[Artigo da EDEPE](#)

Palestra 3 as de capacitação - DPE/RJ (30/04)

No dia 30/04/2024, o NCDH participou palestra virtual com a temática: “O atendimento da população em situação de rua.” O evento faz parte do projeto “Terças Capacitadoras”, idealizado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro. O projeto é desenvolvido pelo Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de discutir assuntos de relevância para a prática jurídica da instituição. Na oportunidade, pautou-se temáticas que permeiam as dimensões individuais do atendimento à população em situação de rua, bem como a necessidade de se pensar em políticas públicas efetivas destinadas a essa população, para se cumprir a função institucional da defensoria de promoção de direitos humanos.



Reunião com Colaboratório da FioCruz sobre formação de guardas civis metropolitanos (25/04)



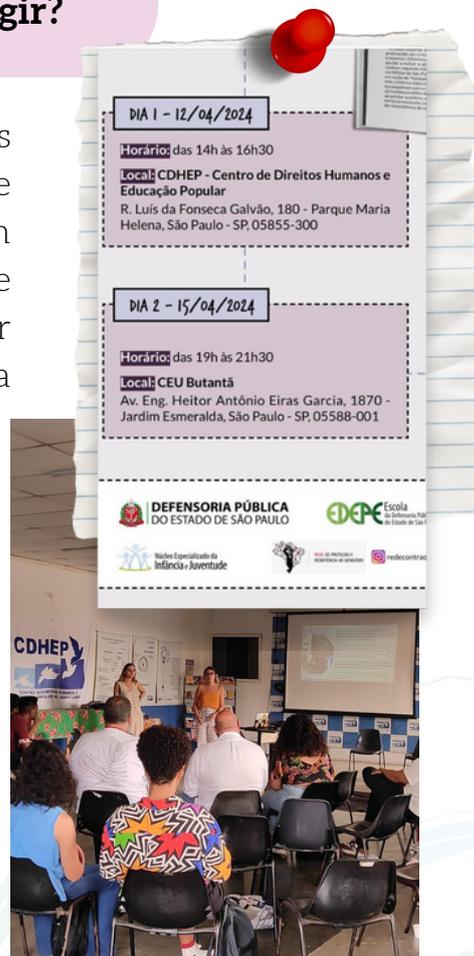
No dia 25/04/2024, a defensora Fernanda Balera participou da reunião com a FioCruz para debater a formação de guardas civis metropolitanos. Na oportunidade, foi apresentada a PROPOSTA DE FORMAÇÃO EM MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA PARA AGENTES DE ZELADORIA URBANA DE

OSASCO, no qual foram minuciosamente relatados os objetivos, a metodologia utilizada, bem como o cronograma adotado. Participou da atividade a pesquisadora e professora da Fundação Getúlio Vargas Cléo Radomysler.

Oficinas - Cartilha Abordagem Policial: o que você precisa saber e como agir?

Nos dias 12, 15 e 26 de abril de 2024, aconteceram as chamadas “Oficinas da Cartilha de Abordagem Policial: o que você precisa saber e como agir”. Tais oficinas de Educação em Direitos, realizadas em parceria com a Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, possuem como base oferecer informações pertinentes ao que é essencial saber a respeito da Abordagem Policial, e como agir diante dela.

As oficinas seguiram metodologias participativas, além de intervenções artísticas, contando com a mediação de Defensores/as Públicos/as vinculados aos Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos, e de Infância e Juventude, assim como membros/as da Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio. O ilustrador e poeta, Lil Amaral, que foi responsável pelas ilustrações da cartilha, participou da atividade e contou sobre seu processo criativo.



Como anteriormente exposto, o evento dividiu-se em 3 dias, a programação ocorreu, respectivamente: no CDHEP (Centro de Direitos Humanos e Educação Popular), das 14h às 16h30; no CEU Butantã, das 19h às 21h30; e, por fim, no Auditório da Defensoria Pública, na R. Boa Vista, 200, Centro Histórico de São Paulo, das 18h30 às 21h.



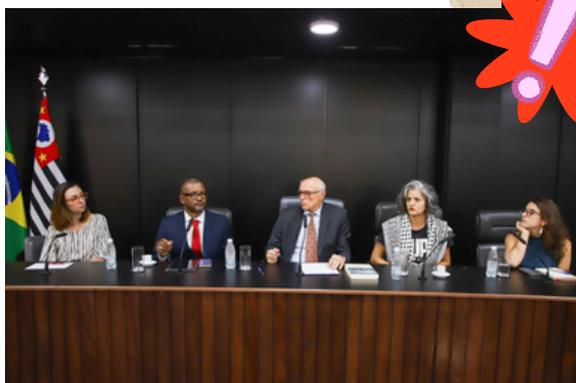
OUTRAS TEMÁTICAS

Audiência Pública “Criminalização das Manifestações Democráticas no estado de São Paulo” (29/04)

No dia 29 de abril, aconteceu no Auditório Teotônio Vilela da Assembleia Legislativa, a audiência pública “Criminalização das Manifestações Democráticas no estado de São Paulo”.

O Núcleo de Cidadania e direitos Humanos, representado pela defensora Surrailly Fernandes Youssef, esteve presente a convite do Deputado Estadual de São Paulo Eduardo Suplicy.

Na ocasião, pautas como, prisões arbitrárias e a imputação de crimes contra o Estado Democrático de Direito e de associação criminosa a pessoas que, legitimamente, protestam e manifestam seus posicionamentos, foram debatidas.



Reunião Secretaria municipal de Pessoa com Deficiência (09/05)



Em 08 de maio de 2024, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos e da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência participaram de reunião com a Secretária Silvia Grecco, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED). Nessa oportunidade, foram debatidos o ofício recomendatório sobre a necessidade de inclusão da categoria deficiência no censo municipal da população em situação de rua, bem como as

políticas públicas de cuidado e assistência para pessoas em situação de rua com deficiência. Por fim, discutiu-se a necessidade de implementação de programas de moradia autônoma, além da imprescindibilidade da presença de cuidadores nos equipamentos da assistência social.

Evento Carreiras Jurídicas e diversos caminhos profissionais (22/05)

No dia 22 de maio de 2024, no Auditório Ruy Barbosa Nogueira da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, aconteceu o oitavo encontro do MAPA. Nessa oportunidade, o tema debatido foi referente as carreiras Jurídicas e suas diversas possibilidades. O evento contou com a presença dos palestrantes, Cristiane Corrêa de Souza Hillal (Promotora do MP-SP), Daniel Falcão (Controlador Geral do Município de São Paulo), Fabiana M. Martins Almeida (Árbitra e Sócia da advocacia Krueger Pela), Fernanda Penteado Balera (Defensora Pública do Estado de São Paulo) e Helena Campo Refosco (Magistrada do TJSP e juíza auxiliar do CNJ).



[Post Instagram](#)

Roda de Conversa para discussão dos resultados da pesquisa “A Indústria do Tratamento de Drogaditos” (23/05)



O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e a EDEPE promoveram, em 22 de maio de 2024, um encontro para debater as temáticas abordadas no livro ‘A indústria do Tratamento de Drogaditos’, de autoria do Defensor Público Raul Carvalho Nin Ferreira

Na obra, o autor se propõe a investigar práticas de internação psiquiátrica forçada de usuários de drogas à luz do fenômeno da “drogadição clínica” (ou “indução à dependência de fármacos”), como um instrumento de controle social.

O evento, que ocorreu de forma híbrida e com transmissão simultânea pelo canal oficial da EDEPE no YouTube, foi mediado por Marcelo Dayrell, Defensor Público e colaborador do NCDH,

com apoio de Mathias Glens e a colaboração da Defensora Pública Surraily Fernandes Youssef. Se juntaram às discussões: Daniela Skromov de Albuquerque, Defensora Pública e ex coordenadora do NCDH (2013); a pesquisadora e professora do departamento de antropologia da UNICAMP, Taniele Rui; e Camila B. Sabino, perita e representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

Curso de PLP's - Familiares de Pessoas desaparecidas (14/06)

No dia 14/06 foi realizado mais um encontro de Promotores Legais Populares e outros agentes com foco no fenômeno do desaparecimento de pessoas. No encontro foi discutido, especificamente, o trabalho forense de localização e identificação de pessoas falecidas. A defensora-coordenado-



ra, Cecília Ferreira, esteve presente no encontro, representando o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Seminário Público - População em situação de rua (08/04)

Em 8 de abril de 2024, a FGV Direito SP, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Comissão Arns realizaram Seminário Repense e Reconstrua - Restaurar dignidade, reunir propostas, recriar cidadania para as pessoas em situação de rua. A atividade reuniu diversos atores para abordar o tema e as estratégias necessárias para restaurar a dignidade e recriar a cidadania de pessoas em situação de extrema pobreza.

A defensora-coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Balera, esteve presente debatendo sobre os desafios do acesso à saúde integral das pessoas em situação de rua.



 [Assista aqui!](#)

Evento População em situação de rua na cidade de São Paulo: Debatendo a ADPF 976 (28/05)

O Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o objetivo de debater a proteção dos direitos das pessoas em situação de rua e os desdobramentos da ADPF 976-STF, promoveu uma roda de conversa a fim discutir coletivamente a busca por soluções efetivas para os desafios enfrentados para superação da situação de rua. A coordenadora-auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos, Surraily Fernandes, esteve presente no evento, representando a Defensoria Pública de São Paulo.

 [Roda de conversa](#)

POP RUA JUD SAMPA IV - 13 a 17 de maio de 2024

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos participou do POP RUA JUD SAMPA IV e do juntamente com o Mutirão “Registre-se” da Corregedoria Nacional do CNJ, na Praça da Sé. Os dados coletados indicam que foram realizados 592 atendimentos durante os cinco dias de evento, sendo estes divididos em 255 da área civil e 337 da área criminal.

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos participou do POP RUA JUD SAMPA IV e do juntamente com o Mutirão “Registre-se” da Corregedoria Nacional do CNJ, na Praça da Sé. Os dados coletados indicam que foram realizados 592 atendimentos durante os cinco dias de evento, sendo estes divididos em 255 da área civil e 337 da área criminal.



Lançamento da Campanha da Anadep - um novo presente é possível - Defensoria Pública pela superação da situação de rua. 9 de maio de 2024

No dia 09 de maio de 2024, ocorreu, na sede do Sefras (Ação Social Franciscana), conhecido como chá do padre, o evento de lançamento da Campanha Nacional “Um novo presente é possível: Defensoria Pública pela superação da situação de rua”, organizado pela Apadep (Associação Paulista das Defensoras e Defensores Públicos) e Anadep (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos).

Na ocasião, foi realizada uma oficina ministrada pela coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria de São Paulo, e integrante da Comissão de Direitos Humanos da Anadep, Fernanda Penteado Balera, no qual produziu uma dinâmica com o público presente para explicar um pouco mais sobre a Defensoria Pública. Também foi distribuída a cartilha de atendimento desenvolvida especialmente para a Campanha Nacional e as/os participantes puderam falar.

Para mais informações, acesse:



[Notícia Site APADEP](#)



PARA VER, LER E OUVIR

PARA VER

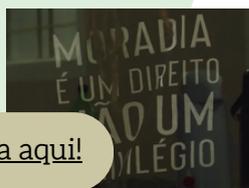
No Dia Nacional da População em Situação de Rua (19 de agosto), o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) lançou o documentário “A rua existe e resiste”, uma parceria do Núcleo de Pop Rua da instituição com o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) de diversas cidades brasileiras.

Ao longo das gravações, diferentes pessoas que conhecem a realidade da vivência nas ruas, e hoje são atuantes do MNPR, contam sobre sua chegada e suas histórias, lembrando capítulos que marcaram essa trajetória, dando visibilidade à luta dos direitos fundamentais dessa população.

Com essa produção, o Núcleo de Pop Rua do CRP-PR busca trazer a importância do conhecimento desta parcela da sociedade, que na deriva de diferentes caminhos acabam sendo levados ao ambiente desprotegido das ruas. Por vezes, como mencionado no documentário, são recebidos com violência e preconceito, sem o recebimento do auxílio necessário para que possam conseguir condições de vida melhores.



[Assista aqui!](#)



PARA LER

No dia 25 de abril de 2024, a ANADEP divulgou a cartilha da Campanha Nacional, “Um novo presente é possível: Defensoria Pública pela superação da situação de rua”. A Campanha foi uma iniciativa advinda da ANADEP, e contou com o apoio do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais. Já a produção da cartilha foi realizada pela assessoria de comunicação da ANADEP, e pelos membros da Comissão Temática de População em Situação de Rua da ANADEP.

O material apresentou abordagens didática a respeito dos seguintes temas: o perfil da população em situação de rua; a correta nomenclatura; a classificação dos estados que apresentam situações mais críticas; e, por fim, reflexões coletivas acerca dos fatores e fenômenos que conduzem as pessoas a se encontrarem em situação de rua. Além disso, houve, ainda, a discussão a respeito do preconceito com que este grande grupo de pessoas sofrem todos os dias: a *aporofobia* ou *pobrefobia*.

Além disso, tratou-se, também, da questão das mulheres, crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas LGBTQUIA+, e das pessoas com deficiência, no quadro de situação de rua, em uma abordagem interseccional, visto que um dos papéis fundamentais da Defensoria Pública é garantir os direitos e a cidadania da população em situação de rua. Por fim, a cartilha ressaltou a oferta de moradia como o fator essencial na superação da situação de vulnerabilidade nas ruas.

PARA OUVIR

No quinto episódio do podcast 1049-OVIR, a coordenadora do CAAF, Carla Osmo, a defensora pública, Surrailly Youssef e Natan Diego Luiz, filho de uma das vítimas da Operação Castelinho foram convidados para conversar sobre reparações e garantias de direitos no país. O caso Castelinho é conhecido pela ausência de responsabilidade criminal dos agentes estatais envolvidos na Operação. Em 2021, o caso chegou à Corte Interamericana de Direitos Humanos. O episódio busca compreender melhor o caso e, a partir dele, discutir os trâmites processuais, o que é a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a questão das condenações do Estado brasileiro e sua relação com as políticas de segurança pública no país



[Escute aqui!](#)



[Leia aqui!](#)



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Amanda Moniz de Abreu;
Amanda Pilon Barsoumian;
Antônio José Maffezoli Leite;
Cecília Nascimento Ferreira;
Caio Jesus Granduque José;
Daniela Batalha Trettel;
Davi Quintanilha Failde de Azevedo;
Fernanda Dutra Pinchiaro;
Fernanda Penteado Balera;
Gabriela Galetti Pimenta;
Marcelo Dayrell Vivas;
Mario Thiago Moreira;
Paula Albernaz Rodrigues da Cruz
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II;
Renato Campos Pinto de Vitto;
Surrailly Fernandes Youssef;
Thalita Veronica Goncalves e Silva;
Vitor Ortiz Amando de Barros.

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Barbara de Oliveira Costa
Leticia Lopes Aguiar
Mariellen Milhomem Barros
Nicole Venancio Michelin
Raquel Couto Nascimento

Estagiárias de Pós-Graduação

Camila Santos Ezequiel da Costa
Isabella Castro Machado
Mariana Coelho Prado

COMISSÃO DO BOLETIM

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Isabella Castro Machado
Leticia Lopes Aguiar
Mariana Coelho Prado
Maria Clara Jardine
Maria Luisa Yonezawa
Nicole Venancio Michelin
Raquel Couto Nascimento